

Ação, pluralidade e política em Hannah Arendt

Action, plurality and politics in Hannah Arendt

RESUMO

O presente texto sobre ação, pluralidade e política em Hannah Arendt tem a pretensão de ser uma exposição desses conceitos no que concerne uma compreensão do pensamento de Hannah Arendt. Assim, o objetivo maior é apresentar a categoria da ação e sua vinculação com a pluralidade e o espaço público em uma demarcação que traz à tona a compreensão singular de Arendt sobre a ação como condição política e não como instrumento, o que se vincularia a violência. Nosso argumento está focado na obra "A condição humana" e elegemos como metodologia a análise bibliográfica já consagrada na pesquisa filosófica.

Palavras-chave: Ação. Espaço público. Pluralidade. Hannah Arendt.

ABSTRACT

The present text about action, plurality and politics in Hannah Arendt, has the pretensions of being an exposure of these concepts as far as it is concerned to Hannah Arendt's thinking comprehension. Thus, the greatest aim is to present the action category and its connection with plurality and public spaces in such demarcation that brings to the surface Arendt's unique comprehension about the action as political condition and not as instrument, what it would be connected to the violence. We focus our argument on the work: "*The Human Condition*" and we chose for methodology the bibliographic analysis, then consecrated in the philosophical searches.

Keywords: Action. Public space. Plurality. Hannah Arendt.

* Doutorando em Filosofia – UFC.

“É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original”. [H. Arendt]

“A aparência se torna ação tão logo o indivíduo se manifeste”
[Taminiaux]

A identidade do agente através do discurso e da ação

Pensar a categoria da ação para Hannah Arendt é pensar o que há de mais humano nos homens uma vez que esta nos determina enquanto seres plurais e comunitários. Por isso, é a pluralidade sua condição humana, ou seja, o mundo de homens que é intersubjetivo acontece através do discurso e da ação que se apresentam como o cerne da questão. Só neste contexto podemos pensar a política e a sua constituição no tocante ao novo que pode ser criado por ela. A ação traz em si um poder criador, uma força de iniciação que possibilita a continuidade da vida pública. É na construção do binômio; permanência–inovação que a ação se manifesta. O que parece paradoxal é na verdade o alicerce da política, pois, na medida em que possibilita a permanência de um mundo comum e de uma esfera pública politicamente organizada, temos condições de receber o novo que chega, com todas as suas possibilidades criadoras. Daí a importância da pluralidade, já que o mundo é o mundo dos homens e, não do homem. Assim, a ação apresenta-se diversamente rica, no tocante ao que pode trazer e possibilitar. Contudo, é válido esclarecer que essa pluralidade consiste em ser diferente, em ser singular, o que, porém, não quer exprimir uma alteridade sem identidade alguma:

A alteridade é, sem dúvida, aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e motivo pela qual não podemos dizer o que a coisa é sem distingui-la de outra. Em sua forma mais abstrata, a alteridade está presente somente na mera multiplicação de objetos inorgânicos, ao passo que toda vida orgânica já exhibe variações e diferenças, inclusive entre indivíduos da mesma espécie. Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se. (ARENDR, 2014, p. 218).

Sendo fortemente expressão da política, a ação é expressão da liberdade, dada a cooriginariedade presente aí nessas categorias, além do fato das palavras de Arendt corroborarem isso: “se há um sentido para a política esse sentido é a liberdade”. A noção de liberdade que Arendt quer recuperar do esquecimento diz respeito à ação política e deve ser compreendida como capacidade humana de “chamar à existência o que antes não existia” (ARENDR, 2001, p. 198). Em outras palavras, Arendt se refere a uma experiência de liberdade que tem equivalência na experimentação da ação política conjunta, por meio da qual advém a novidade que renova e redireciona, de maneira inesperada, o curso dos processos desencadeados pela interação humana, garantia de uma história aberta e sem final. Aqui

encontramos a ruptura que Hannah Arendt realiza em relação à concepção da tradição de liberdade como livre-arbítrio, ou seja, a liberdade de escolher entre objetos dados de antemão. A ideia de liberdade aqui trabalhada visa recuperar, segundo Hannah Arendt, uma liberdade idêntica ao iniciar, como diz Kant, a espontaneidade. Para Hannah Arendt,

No nascimento de cada homem, este começo inicial é reafirmado, pois, em cada caso, vem a um mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma e a mesma coisa. (ARENDR, 2001, p. 216).

A autora em questão julga encontrar aí o vínculo entre a ação, enquanto capacidade de dar início espontaneamente a algo imprevisível e, a liberdade, ambas radicadas ontologicamente na "natalidade" humana. A história comporta novos começos por causa da condição humana da natalidade, por meio da qual o mundo se renova potencialmente a cada novo nascimento humano: "[...] Como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico." (ARENDR, 2014, p. 9).

Arendt não extrai implicações teológicas dessa reflexão agostiniana sobre a natalidade, mas busca indicar por meio dela o vínculo político existente entre ação e liberdade. A liberdade é uma "capacidade" humana e não uma "disposição humana interna", uma propriedade inalienável, de cada homem no singular, de modo que não é o homem que possui a liberdade, mas a liberdade é que vem a ser com o advento de homens capazes de agir e falar no mundo, podendo, portanto, ser destruída como fenômeno humano por determinadas formas de governo (DUARTE, 2000, p. 214). A grande comprovação do quanto à ação e a liberdade podem ser frágeis diante de determinados governos é o que aconteceu nos regimes totalitários, em que a liberdade foi alijada dos indivíduos, por meio da violência, tanto quanto foi alijada sua capacidade de agir e o seu direito de falar.

Confinados em campos de concentração como Auschwitz, os homens aí não tinham o direito de nascer, de nada iniciar, de modo que o novo para eles não se constituía como possibilidade. Nessas horríveis fábricas de cadáveres, o que parecia certo era apenas a morte, mediante lenta e prolongada perda da dignidade humana. Exemplifica bem essa situação nos campos o relato de Primo Levi quando tratou do preço a pagar pela resistência. A que se esclarecer que nos campos de concentração só se negociava com a moeda da morte.

Estava subjacente a punição por resistência, uma pedagogia maligna em que se colocavam os desavisados e 'heróicos' em seu devido lugar e, os demais por extensão, aprendiam. Testemunha Levi, diante da violência sofrida, impetrada por prisioneiros funcionários¹, que 'privilegiados' agiam como reguladores do campo, "Ele quer domá-lo, quer apagar a centelha de dignidade que você talvez

¹ Os 'prisioneiros funcionários' eram detentos do campo, que eram forçados a principio, a servirem no sistema concentracionário como policia do campo, junto aos outros detentos, o que fazia com que gozassem de pequenas 'regalias', se é que, pode dizer-se que existiam, se não apenas em comparação com os demais. Logo assumiam esse papel com afincio para garantir esse privilégio e tornavam - cruéis com seus pares.

ainda conserve e que ele perdeu" (LEVI, 2016, p. 31) Assim, "a resposta na mesma moeda, é uma transgressão intolerável [...] quem a comete deve tornar-se um exemplo" (LEVI, 2016, p. 31) essa perda de dignidade se expressa ainda no ritual de ingresso desse inferno, Consoante Levi;

O sinistro ritual [...] que acompanhava o ingresso; os chutes e os murros desde logo, muitas vezes no rosto; a orgia de ordens gritadas com cólera autêntica ou simulada; o desnudamento total; a raspagem dos cabelos; a vestimenta de farrapos. (LEVI, 2016, p. 29).

Dignidade essa aviltada ao extremo emudecimento. Nesse contexto, chegamos ao entendimento de que, se é por palavras e atos que nos inserimos no mundo², nenhum regime que negue essas manifestações pode se arrogar ser político, pois destrói aquilo que é a política, isto é, a liberdade dos homens em uma esfera pública. O agir humano aqui, para a esfera pública, equivale à respiração para a vida biológica. Negá-la é negar a própria vida, a existência de todo um corpo, no caso em questão, um corpo político.

Ressaltar o aspecto da ação enquanto diferença vivida entre iguais é um ponto chave a ser compreendido, na medida em que o que está em jogo é a singularidade dos indivíduos, isto é, a cada *oi neói* [novo]³, como diziam os gregos, temos o inesperado, e assim, um aspecto um tanto trágico⁴ do que está por vir, pois cada nascimento potencialmente traz consigo o inesperado, assim, a natalidade garante a continuidade da ação e sua marca singular no seio dos homens e mulheres que agem e discursam. Como nos esclarece Arendt:

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver com ser distinto e singular entre iguais. (ARENDR, 2014, p. 220-221).

Somos iguais porque podemos nos compreender, podemos dar sentido ao nosso existir de forma a entender o mundo de coisas que nos cercam, contudo somos diferentes, na medida em que o discurso e a ação são inovadores do nosso existir. Assim, entendemos que a cada novo ser marcado em sua singularidade e, em meio à pluralidade, emerge uma importante diferença apontada por Hannah Arendt, entre "o que és?" e "quem és?" na medida em que o "quem és" revela o agente do discurso e da ação, pois através da fala e do ato os indivíduos revelam

² A categoria mundo emerge como categoria de central importância uma vez que este é o palco das ações humanas e onde a inserção dos homens e mulheres na vida ocorrem e, sobretudo, na vida política. Nesta direção nos esclarece Neto "Hannah Arendt não elaborou o conceito de 'mundo' a partir do clássico recuo contemplativo do filósofo em relação ao cotidiano dos assuntos humanos, mas sim a partir "concretude dos acontecimentos políticos" (NETO, 2009, p.17)

³ Cf. ARENDR, 2001, p.225

⁴ Para isto vale conferir a exposição sobre o trágico na ação no texto de José dos Santos Filho (2016).

quem são, manifestam suas habilidades e, sobretudo, sua identidade pessoal e singular no mundo dos negócios humanos, no seio da história real.

Isso não nega que qualquer resposta a pergunta: "quem és?" seja incapaz de defini-lo por completo na medida em que, sendo ele um iniciador, tende sempre a ultrapassar qualquer expectativa ou previsibilidade anterior. Este aspecto da ação e do discurso empresta ao convívio humano uma fragilidade e uma incerteza que não podem ser contornadas pela imediação sólida de objetos tangíveis. É evidente que se frustra a tentativa de equacionar a questão do "quem és" identificando o agente com "o que é".

O exemplo descrito sugere que alguém que é um advogado apenas indica a característica mais saliente dele, uma vez que ninguém é advogado ou atua como tal vinte quatro horas por dia, uma vez que esse advogado pode assumir uma gradiente bastante acentuada de possibilidades.

Das descrições, nenhuma delas nem todas reunidas, podem responder a questão "quem és?". Essa característica da ação e do discurso, em que um mesmo indivíduo pode assumir diversos papéis ao longo de sua existência, põe em risco o seu próprio caráter de revelação, pois toda ação só existe no momento fugaz de seu acontecimento, e o agente sempre aparece diferente do que da última vez. Então como identificar o agente? (XARÃO, 2000, p. 152).

Essa questão posta por Xarão, seguindo a esteira de Arendt, ao analisar as ações do agente nas narrativas aponta para o fato de a pluralidade humana estar negada pela filosofia da história na medida em que aquela se apresenta como condição fundamental da ação. Assim, consideramos como núcleo central de toda discussão a preservação da esfera pública, na qual o discurso e a ação possam acontecer pautados pela condição humana da pluralidade.

Todo esse contexto nos remete ao que Hannah Arendt denomina "teia de relações humanas". Com tal expressão, Arendt queria designar as relações criadas pela ação e pelo discurso, relações essas que transcendem a subjetividade, na medida em que a ação e o discurso ocorrem entre homens, isto é, existe aí uma intersubjetividade, no tocante ao que "*inter-essa*", ou seja, que está entre pessoas. Para Arendt, todo esse processo ganha essa direção pelo fato de que os homens agem e falam diretamente uns com os outros. Esta relação possibilita o surgimento do novo pela ação e a revelação da identidade pelo discurso. Como afirma nossa autora:

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Juntos, iniciam um novo processo, que mais emerge como a história singular da vida do recém chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com que ele entra em contato. (ARENDR, 2014, p. 228).

A ação e o discurso aparecem nesse contexto como o elemento revelador, na medida em que mostra o autor das palavras marcando-o de forma tácita, a ponto de distingui-lo dos demais, tanto dos que estão no nosso meio como daqueles que já não habitam o mundo. A ação, por sua vez, é criadora do novo, criadora no sen-

tido de que é capaz de iniciar coisa nova. Juntos, ação e discurso funcionam como impulsionadores de um movimento que desemboca na teia de relações humanas. Nesse processo, desenvolvido pela ação e pelo discurso está o nascimento e a morte de um indivíduo singular e, no intervalo desse nascer e morrer, uma história que pode ser narrada como história de vida, isto é, como conjunto de ações e discursos empregados ao longo de sua existência. Em outras palavras, um conjunto de histórias vividas por esse singular e que, de uma forma ou de outra, marcaram de maneira ímpar os que com ele estiveram em contato.

Isso nos remete a uma condição que cada recém-chegado traz consigo – a imprevisibilidade –, o que se dá na medida em que as “histórias” por ele vividas no intervalo entre a vida e a morte, podem mudar definitivamente o mundo, de modo que possibilitar esse processo é fundamental para a política como expressão da liberdade. Assim sendo, é possível entender que a ação somente ocorre na trama tecida pelos diversos agentes e que ela sempre produz histórias tão naturalmente quanto à fabricação produz obras. Essas histórias podem ser reunidas depois e registradas em documentos, monumentos, materializadas em obras de arte e poesia, formando assim a história, a grande história da teia de relações humanas, sem início e sem fim definidos. A ação e o discurso, porém, em sua pura manifestação, não tem nada em comum com essas obras. O que importa aqui é perceber o agente que está se revelando, se mostrando em cada obra a qual, após sua morte, lhe garantirá imortalidade através da memória e da fala. Assim nos diz Arendt:

Mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela produz estórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis. Essas estórias podem, depois, ser registradas em documentos e monumentos [...] embora todos comecem a vida inserindo-se no mundo humano através do discurso e da ação, ninguém é autor ou criador da estória de sua própria vida. Em outras palavras, as estórias resultam da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu autor e seu padecente, mas ninguém é seu autor. (ARENDR, 2014, p. 228).

Posto isso, podemos compreender a intenção de Hannah Arendt quando sustenta que os negócios humanos se dão em um contexto de história real e não fictícia, já que a ficção é história feita, produzida, enquanto a história real, não. Esta, por sua vez, não apresenta mão invisível alguma como sua criadora, em vista de não ser criada. O único alguém que ela revela é o seu herói⁵; ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente tangível de um “quem” singularmente pode tornar-se tangível *ex post facto* através da ação e do discurso. “Só podemos

⁵ Sobre a relação da ação com a figura do herói destaca Arendt: “o herói desvelado pela história não precisa ter qualidades heróicas; originalmente, isto é, em Homero, a palavra herói não era mais que um nome dado a qualquer homem livre que houvesse participado da aventura troiana e do qual se podia contar uma história” (Arendt *A condição humana*, p.231). Assim, o herói é aquele que age sem temer pela própria vida, este visa algo maior; a imortalidade de seus feitos na revelação de seu *Daimon*, na revelação de sua singularidade em meio a pluralidade. Em meio ao agonístico mundo da ação emerge o herói diante de seus pares. Nas palavras de Francisco: “O fato, de estarem, por assim dizer, num palco instalado no meio de seus pares e de aparecerem a eles, adicionava a sua existência esse elemento novo: máxima realidade.” (FRANSCISCO, “Hannah Arendt e o Herói homérico”, p. 104-105).

saber quem o homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia.” (ARENDR, 2014, p. 230/231).

É preciso estar atento ao fato de que o herói, nesse contexto, não diz respeito ao homem de grandes feitos, equivalente a um semideus, mas trata-se de um indivíduo que se insere no mundo através do discurso e da ação e, assim, já é capaz de deixar uma biografia, para ser vista e narrada, ou seja, é capaz de romper com a esfera da casa e dirigir-se ao mundo público, construir uma teia de relações com outros que aí também agem e discursam. É, portanto, o herói quem ocupa o espaço público, sendo capaz de por ele se interessar. Arendt chama a atenção para esse dado a partir da categoria de coragem, que indo além da qualidade indispensável de um herói que tenha travado grandes batalhas, tem a ver, sobretudo, com “disposição de agir e falar e inserir-se no mundo e começar uma história própria” (ARENDR, 2014, p. 231).

A pluralidade e os negócios humanos

A atividade política pensada por Hannah Arendt é uma atividade que necessita do olhar e da presença do outro de modo que é na pluralidade que se revela o agente. Sem esse convívio plural, não tem como a ação, categoria política por excelência, aparecer. Sendo assim, podemos concluir que estar isolado é o mesmo que está impossibilitado de agir. Um eremita que vive no isolamento não age; apenas comporta-se em relação às necessidades imediatas da vida, é totalmente movido pelo labor – é um *animal laborans*, justo por estar em pleno isolamento.

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. [...] A Ação e discurso necessitam tanto da presença circunvizinha de outros quanto a fabricação necessita da presença circunvizinha da natureza [...] A ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato como ela. (ARENDR, 2014, p. 233).

Hannah Arendt chama atenção para a incompreensão que é feita a se ver, no homem isolado⁶, um homem forte, quando a história mostra vários exemplos de fracasso desse tipo que foram incapazes de articular outros, que foram incapazes de conseguir cooperação. “É preciso se preservar da ilusão de força extraordinária e, com ela, a falácia do homem forte, que é poderoso por estar só.” (ARENDR, 2014,

⁶ O isolamento não é uma virtude do homem de ação, este quando ocorre conduz o ser humano a alienação de si e do mundo. Este representa uma ruptura dos enlaces políticos uma vez que já não vê outros, nem se permite a aparecer para outros. O isolamento é a condição de negação da ação, da pluralidade e aparência em um mundo público e de significados montados pela *lexis* e pela *práxis*. Em fim é a marca dos governos concentracionistas e autoritários. Sobre isto nos esclarece Hannah Arendt: “O isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicos das tiranias. Os contatos políticos entre os homens são cortados no governo tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas. Mas nem todos os contatos entre os homens são interrompidos, e nem todas as capacidades humanas são destruídas. Toda a esfera privada, juntamente com a capacidade de sentir, de inventar e de pensar, permanece intacta” (ARENDR, 1989, p. 526). Nesta esteira cabe ressaltar a distinção proposta por Hannah Arendt que nos adverte sobre a diferença entre isolamento e solidão. O primeiro nos diz Hannah Arendt, se refere ao terreno político da vida. O segundo, por sua vez, esclarece a autora, diz respeito à vida humana como um todo. De modo que somos advertidos pela pensadora, a saber: “Isolamento e solidão não são a mesma coisa. Posso estar isolado – isto é, numa situação em que não posso agir porque não há ninguém para agir comigo – sem que esteja solitário; e posso estar solitário – isto é, numa situação em que, como pessoa, me sinto completamente abandonado por toda companhia humana – sem estar isolado. O isolamento é aquele impasse no qual os homens se vêem quando a esfera política de sua vidas, onde agem em conjunto na realização do interesse comum, é destruída”. (ARENDR, 1989, p. 527)

p. 233). É preciso ter claro que uma fragilidade possível dos negócios humanos, no qual nenhuma teia de relações pode ser costurada, reside no fato de que, sem o convívio de outros, sem a pluralidade, é impossível constituir política e, dessa maneira, garantir a ação. Nesse contexto é importante ressaltar, que se a ação ocorre em pluralidade, atinge a outras pessoas, tanto quanto é atingida por estas que também agem. O que identificamos é que a ação é plural e processual, na medida em que cada processo de ação é causa de outro, o que leva a ação a um inter-relacionamento, que sempre está além de duas pessoas. A ação, nesse sentido, pode romper todas as fronteiras na medida em que a imprevisibilidade da mesma suplanta toda estrutura em vista de cada novo que chega, a cada geração que surge. Isso corrobora a afirmação de que a ação está sempre ancorada na natalidade, isto é, na possibilidade de constituição de um novo ser que, através da ação e do discurso, irá tecer uma nova história, ainda que esta só se revele totalmente após sua partida e seja cristalizada na memória via narração. Contudo, para ser narrada, é preciso que se tenha o que narrar, e a quem narrar. Daí a eficiência do espaço necessário para a ação ocorrer, ou seja, a existência de uma esfera pública. Como nos esclarece Arendt:

Ao contrário da fabricação, em que a luz sob a qual se julga o produto final provém da imagem ou modelo percebido de antemão pelo olhar do artífice, a luz que ilumina os processos da ação e, portanto, todos os processos históricos só aparecem quanto eles terminam – muitas vezes quando todos os participantes já estão mortos. A ação só se revela plenamente para o contador de estória [*storyteller*], ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. [...] Muito embora as estórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o contador da estória que percebe e "faz" a estória. (ARENDR, 2014, p. 238).

O outro é quem narra, é quem imortaliza os feitos, os atos. A memória construída nos negócios humanos é construída pelo agir, contudo, um agir que tem um espectador, capaz de narrar tais fatos. Isso nos permite concluir que toda a vida inscrita no mundo humano através do agir e do falar, cuja permanência pode vir a ser narrada como uma história com início meio e fim, nunca tem autoria naquele que a viveu.

Para Hannah Arendt, foi com Heródoto que as palavras e os feitos, ou seja, atividades que decorrem unicamente do agir humano e, que só perduram no mundo se a memória as preserva na recordação, "tornaram-se o conteúdo da história" (ARENDR, 2001, p. 69) transformado pela *poiesis* da palavra escrita. O propósito da empresa de Heródoto era "preservar aquilo que deve a sua existência aos homens" contra o tempo, prestando "aos extraordinários e gloriosos feitos gregos e bárbaros, suficiente louvor para assegurar-lhes a evocação para a posteridade, fazendo, assim, a sua glória brilhar através dos séculos." (ARENDR, 2001, p. 70). Realizou-se, desse modo, o ideal de imortalização dos antigos que encontravam, na grandeza de atos e palavras do indivíduo autônomo, a baliza para a dignidade dos homens – a excelência de ações e palavras entre pares que mereciam permanecer para sempre como feitos exemplares. Em nossa autora, o que distingue fundamentalmente a visão de história da que temos hoje é que, o que se preserva

é o ineditismo de um feito, a ocorrência única, o fato incomum. “O que para nós é difícil perceber”, segue Arendt,

É que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais e que constituem o tema da narrativa histórica, não são visto como partes, que de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário a ênfase recai em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bios* em linha reta dos mortais interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da história são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras. (ARENDR, 2001, p. 72).

Do exposto, vem a certeza que os negócios humanos ocorrem sob o olhar do outro, porque é na história que o singular aparece, mas só pode aparecer para o outro, o que torna indiscutível o elemento plural na constituição dos negócios humanos.

A ação e o olhar Grego: o poder como ação em conjunto

Hannah Arendt enfatiza a relação existente entre a “imprevisibilidade do resultado e o caráter revelador da ação e do discurso” (ARENDR, 2014, p. 238), porque a ação e o discurso possibilitam ao novo aparecer e acontecer, ou seja, revelar-se. Como essas categorias do discurso e da ação estão ancoradas na natalidade, a cada recém-chegado, há uma imensa gama de possibilidades para acontecer que são imprevisíveis justamente porque quem age de acordo com esse contexto se revela, sem ter domínio de quem revela, de modo que só conheceremos a história do agente, como história possível de identificá-lo, após sua morte. Assim, os gregos antigos percebiam a vida gloriosa que se manifesta depois da morte. Para Arendt, no contexto grego, a grande expressão disso é Aquiles, que morre após seu grande feito. Morrer é garantir a bem-aventurança no sentido de imortalizar-se, no sentido de se fazer narrável; isto, a custas de todos os outros fatores, isenta a imprevisibilidade, ainda que relativamente.

A esfera pública aparece nesse contexto como a solução grega para a imprevisibilidade da ação, na medida em que a mesma assegura o local de manifestação da mesma.

Antes que os homens comessem a agir, era necessário assegurar um lugar definido e nele erguer uma estrutura dentro da qual se pudesse-mocorrer todas as ações subsequentes; o espaço era a domínio público da polis.” (ARENDR, 2014, p. 241).

Contudo, Arendt chama a atenção para que não se caia no institucionalismo, na medida em que não é a cidade de Atenas, a *polis*, mas os atenienses, ou seja, aqueles que, dotados da capacidade da ação e do discurso, são passíveis, estejam onde estiverem, de constituir mundo público (ARENDR, p. 241).

A questão da fragilidade ganha destaque porque apresenta três frentes a serem equacionadas: a imprevisibilidade dos resultados, a irreversibilidade dos processos e, desencadeado por essas duas primeiras, o anonimato dos autores. Destarte, A esfera pública torna-se fundamental, na medida em que supera as distorções da

modernidade na busca de equacionar tal questão e dar segurança à sustentabilidade do fenômeno da política, fenômeno esse que necessita do convívio humano.

Nesse contexto, fica claro que é impossível conceber mundo público sem a convivência de outros que agem em conjunto, vivem juntos. Em outras palavras, mundo público situa-se no meio dos homens, nunca fora deles ou sob o domínio de um membro específico, mas o vivido na pluralidade. O forte na constituição desse conceito de mundo público é a quantidade de membros envolvidos. É evidente que também há qualidade, pois não é um aglomerado de pessoas que funda a esfera pública, mas homens capazes de ação e de discurso estejam onde estiverem vinculados por um mínimo de estabilidade. Como nos esclarece Arendt:

[...] o domínio político resulta diretamente da ação em conjunto, do "compartilhamento de palavras e atos". A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com a parte a parte pública do mundo comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se os muros da polis e os limites da lei fossem erguidos em torno de um espaço público preexistente, que, entretanto, sem essa proteção estabilizadora, não perduraria, não sobreviveria ao próprio instante da ação e do discurso. (ARENDR, 2014, p, 245).

Aqui está expresso o cerne da esfera pública, na medida em que o que está em jogo é a aparição aos outros e dos outros entre si. O aparecer ganha sentido quando o mesmo é possibilitador de mundo, isto é, capaz de criar laços que intersubjetivamente dão sentido à ação e ao discurso, de modo que percorrendo o caminho do diálogo, passando inclusive pelo dissenso, próprio dessa pluralidade, seja possível construir um espaço público capaz de acolher a todos nas suas manifestações⁷ e anseios políticos na medida em que garanta liberdade a todos, em um espaço de aparição. Assim também, deve ser o poder, isto é, um aparecer plural e discursivo.

O poder pensado por Hannah Arendt é constituidor da esfera pública na medida em que, para ela, poder tem a ver com o binômio ato-discurso, ou seja, não se trata de um agir pura e simplesmente, nem de um agir que vise transformar o outro, mas é algo balizado naquilo que potencialmente se possibilita, isto é, só existe em sua efetivação. E não poderia ser diferente tal compreensão na medida em que a esfera pública é o *locus* da ação, isto é, do agir humano em conjunto. Esse agir humano se manifesta no "espaço da aparência que passa a existir sempre que

⁷ Acolher todas as manifestações não significa que absurdos possam ser ditos e defendidos sem responsabilidades sobre o que se diz e o que se faz. Não se trata disso. Hannah Arendt chama atenção para a necessidade de julgarmos o que dizemos e o que fazemos para podermos nos responsabilizar por estes. Não podemos nos furtar de refletir sobre nossa existência no espaço público. O caso Eichmann é exemplo heurístico neste sentido, nos esclarece Hannah Arendt de que as afirmações dele: "de que não tinha feito nenhum mal diretamente a nenhum judeu" e de "que só obedecia a ordens" não foram suficientes para livrá-lo de suas responsabilidades. O fato de estarmos em meio à pluralidade e envolto no convite a discursos contraditórios, não nos autoriza a qualquer coisa ou pelo menos não nos isenta de responsabilidade. Hannah Arendt destaca o fato de que precisamos manter um diálogo interno [o dois em um – socrático] para que possamos legitimar nossas ações elevando estas ao julgamento. Ela destaca que "o critério de certo e errado, a resposta à pergunta: 'o que devo fazer?' Não depende, em última análise, nem dos hábitos e costumes que partilho com aqueles ao meu redor nem de uma ordem de origem divina ou humana, mas do que decido com a respeito a mim mesma. Em outras palavras, não posso fazer certas coisas porque, depois de fazê-las, já não serei capaz de viver comigo mesma. (ARENDR, 2004, p, 162). Nesta direção cabe ainda considerar outros critérios como o da comunicabilidade e do assentimento. Para maiores esclarecimentos sugerimos cf. Filho (2012, p, 343-353) e abra Responsabilidade e Julgamento da autora em questão.

os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação.” (ARENDR, 2014, p. 247). Nesse sentido, o espaço da aparência está intimamente relacionado com a pluralidade, ou seja, o convívio humano é fundamental na estrutura do espaço de aparição. Por isso, Hannah Arendt salienta o fato de que, em qualquer lugar ou situação em que esses homens se reúnam, há potencialmente a existência do espaço de aparição. Contudo, Arendt esclarece que isso não é um fator necessário, mas potencial. Arendt ainda ressalta que é potencial e não para sempre.

A ideia de um poder perene, ou seja, com uma durabilidade maior que sua efetivação, foi uma distorção de quem entende o poder vinculado à violência. Nesse sentido, poder-se-ia guardar um arsenal para uso da força bruta, no caso de crise. Contudo, para Hannah Arendt, essa estrutura desmonta o real sentido do poder, na medida em que o mesmo se encontra fora da esfera da violência. Como nos diz ela:

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas revelar realidades, e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades. (ARENDR, 2014, p. 247/248).

Hannah Arendt percebeu na tradição do pensamento político ocidental, desde sua mais genuína manifestação, a trágica equação entre o fenômeno do poder e o da violência, o que teria gerado tanto uma constante tradução das relações de poder em termos da linguagem da dominação e da submissão, quanto a ênfase na “obediência” garantida pela ameaça da violência. Em outras palavras, o poder nunca é propriedade de um indivíduo. Portanto, trata-se de um espaço que “precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo” e cuja própria existência depende diretamente de que os homens permaneçam juntos e dispostos a agir e falar entre si desaparecendo quando se encontram isolados.

O fenômeno do “homem ilha”, ou seja, do homem que se isolou de tudo e de todos conduz ao esfacelamento do espaço de aparição e impossibilita a constituição de poder. As sociedades contemporâneas, palco de grandes guerras e regimes alicerçados na violência, colocam à vista, as consequências desse isolamento que se radicaliza a cada década quando, por exemplo, encontramos movimentos extremistas que, através do terror, dizem promover a justiça de Deus, ou ainda, quando constatamos o descaso total de uma população com a coisa pública, assumindo a máxima do “não tenho nada a ver com isso”. Observar a postura do isolamento e da violência de braços cruzados é situação totalmente contrária à posição de engajamento no espaço público, de homens que juntos são capazes de criar poder, tanto quanto façam uso da convivência plural mediada pelo discurso e pela ação, constituindo poder como potencial. Como nos diz Hannah Arendt:

O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força [*force*] e o vigor [*strength*]. Enquanto o vigor é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. (ARENDR, 2014, p. 248).

Hannah Arendt ressalta a diferença existente entre força e poder. A força sempre tem a ver com o uso da violência e se pauta pela destruição e subjugação

do outro à medida que o poder garante ao outro o direito de aparecer, de agir e de falar. A constituição de um conjunto de pessoas é tão fundamental para se obter poder que Arendt lembra que a história traz diversos exemplos de pequenos grupos de homens organizados, governando diversos impérios, mas chama a atenção para o aspecto metafórico de Davi e Golias, já que entre os dois homens a relação não é de poder. O poder só aparece onde materialmente existir a convivência humana. Em outras palavras:

o único fator material indispensável para a geração de poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder, quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes. (ARENDR, 2014, p. 249).

O caráter temporário e frágil do poder nos indica a sua constituição plural, e sua dimensão limitada. O poder é frágil e temporário visto o mesmo depender do convívio humano. Desfeito esse, isto é, esvaziado o espaço da aparição em favor da vida privada de cada indivíduo, está desfeito o arco mantenedor do poder. É ilimitado na medida em que, diferentemente da força, "não encontra limitação na esfera humana." (ARENDR, 2014, p. 249). Hannah Arendt chama a atenção para o fato de que a única limitação aplicável ao poder é a limitação da convivência humana do existir de outros.

O isolamento, como pretensa força política, teve sua expressão maior na tirania, já que esse sistema negou a convivência com outros e se pautou na violência e, nunca é demais lembrar que, para Hannah Arendt, "se a violência é capaz de destruir o poder, jamais pode substituí-lo." (ARENDR, 2014, p. 250). Desse modo, temos manifestada nos regimes tiranos a ideia de isolamento como fundamento maior. Nas palavras de Arendt: "a principal característica da tirania era que se baseava no isolamento – o isolamento do tirano em relação aos súditos, e dos súditos entre si através do medo e da suspeição generalizada." (ARENDR, 2014, p. 250).

Tanto quanto a tirania é nociva à constituição de um poder e de um espaço de aparição, quanto o poder, como convívio plural, conserva e dá sentido à esfera pública. Esse sentido é construído pela linguagem que revela o indivíduo a outro de modo que ambos, por meio daquela, também se inter-relacionam. Em outras palavras, o grande sentido construído pelo poder pautado no convívio plural é um mundo público e estável capaz de abrigar o existir humano para além do amontoado de coisas. Nesse sentido, falamos de artifício humano, que recebe o humano em sua pluralidade, ou seja, o mundo público é possível porque o poder que aí se estabelece está assentado na ação e no discurso. Como nos diz Hannah Arendt: O poder preserva o domínio público e o espaço da aparência e, como tal, é também a força vital do artifício humano, que perderia sua *raison d'être* se deixasse de ser palco da ação e do discurso, da teia dos negócios e relações humanos e das histórias por que engendrados. (ARENDR, 2014, p. 252).

Considerações finais

Ao tratar da ação no pensamento de Hannah Arendt e sua implicação com a pluralidade e o espaço público tivemos como modesta pretensão discorrer sobre

estes em uma apresentação que pudesse introduzir o leitor que se interessa pela obra da pensadora. Não mais do que trazer a baila a própria autora de modo a contribuir com a divulgação de seu pensamento, que consideramos relevante e atual para compreender o mundo hodierno.

Neste sentido, cabe destacar que entendemos que a ação em Arendt não tem fim, fora dela mesma, não se inscreve na esteira dos processos de fabricação da história e da realidade como soe acontecer nas filosofias da história [Agostinho, Kant, Hegel, Marx] que visando um domínio sobre a realidade puseram no divino no metafísico ou no processo, como fizeram os modernos, a responsabilidade de constituição do real e da história. Em Arendt, a ação é expressão da pluralidade, isto é, do convívio pleno e mútuo via *léxis* e *práxis* que não visa nenhum fim a não ser o de agir e estar entre pares. Assim sendo, é fim em si mesma. Nesta esteira, temos que esta guarda em si um elemento trágico a partir do novo que se anuncia e que inicia novas propostas de mundo e de organização de mundo.

Destarte, cuidar do mundo é uma tarefa fundamental que se inicia com o cuidar do espaço público, *lócus* de efetivação da ação e do discurso. Aparecer e permite aparecer é condição *sine qua non* da esfera pública. A experiência totalitária negou justamente essa possibilidade de efetiva aparição, quando negou a existência plural e condenou homens e mulheres ao horror do campo de concentração; uma verdadeira imagem do inferno⁸. O que nos leva a depreender que a violência não instaura poder e, nem possibilita a ação, tampouco favorece ao espaço público, ao contrário, esta é a mais flagrante oposição a este espaço e, ao poder.

Dito isto, concluímos que o poder enquanto experiência de uma ação em concerto só pode se efetivar na mais flagrante pluralidade em que o contraditório, o dissenso possa emergir como expressão da polifonia que alicerça e fundamenta o espaço público. Um som uníssono pode ser harmônico na natureza ou em uma sinfonia, mas mesmo nestas a grande beleza reside na pluralidade de sons, assim, também na esfera pública a variedade de vozes e de ações é que garantem a permanência do aspecto plural da ação.

Por conseguinte, agir implica ter a coragem de um herói para enfrentar o diverso e ser capaz de responsabilizar-se por seus atos e suas falas. Comprometendo-se constantemente com uma reflexão em que se encontrando consigo mesmo eleve ao julgamento tudo o que diz e faz para responsabilmente permitir que se possa continuar plural, sem ser leviano ou perpetrador do mal banal, o que seria potencialmente um risco para o espaço público.

Referências bibliográficas

ARENDRT, Hannah. *A condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica de Adriano Correia. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 2014.

_____. *Entre o passado e o Futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa et al. São Paulo. Ed. Perspectiva. 2001.

⁸ Cf. o texto de SILVA e BRASIL (2016). Neste há um destaque da imagem do inferno como figura de dominação e horror.

_____. *Responsabilidade e Julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg. Ed. Cia. das Letras, São Paulo. Ed. Perspectiva. 2004.

DUARTE, André. *O pensamento a sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 2000.

FRANSCISCO, M.F.S. "Hannah Arendt e o herói homérico". *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. n.11, p. 97-117, 2/2007.

FILHO, José dos Santos. Quem sou 'eu' para julgar? Implicações morais no pensamento político de Hannah Arendt. In: Organização de Odílio Alves Aguiar et. al. *O Futuro entre o passado e o presente*. 5º ENCONTRO HANNAH ARENDT. Editora IFBE. Passo Fundo – RS. 2012.

_____. Entre a promessa e o perdão: o problema da ação no pensamento de Arendt. *Revista Reflexões*, ano, 5. n. 8 de jan.-jun. 2016. Disponível em: <www.revistareflexoes.com.br> 2016.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. São Paulo: Ed. Loyola. 2009.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2016.

SILVA, Ricardo G. A; MAIA, Antônio G. B. Política e Religião em Hannah Arendt a imagem do inferno. *Revista Reflexões*, ano, 5. n. 8, jan.-jun. 2016. Disponível em: <www.revistareflexoes.com.br> 2016.

TAMINIAUX, Jacques. Time and Inner Conflits of the Mind. In: Joke HERMESEN & DANA VILA (Eds.). *The judge and the Spectator – Hannah Arendt's political Philosophy*. Leuven: Peetr, 1999.

XARÃO, Francisco. *Política e liberdade em Hannah Arendt*. Ijuí/Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUÍ, 2000.

Sobre o autor

Ricardo George de Araújo Silva

Doutorando em Filosofia – UFC. Mestre em Filosofia – UFC. Professor Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú- Sobral/CE. Coordenador do Laboratório de Estudos da Política – LEPOL/UVA e do Grupo de Estudos em Política, Educação e Ética – GEPEDE/UVA/CNPQ. Membro dos GTs Ética e Cidadania e Filosofia política contemporânea, ambos da Anpof. E-mail: ricardogeol1@yahoo.com.br

Recebido em: nov/2017

Aprovado em: abr/2018

Como referenciar esse artigo

SILVA, Ricardo George de Araújo. Ação, pluralidade e política em Hannah Arendt. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano 10, n. 19, p. 73-86, jan.-jun. 2018.